

DE RELIGIOSA A MILITAR:

Repensando As Alianças Estabelecidas Entre Os Indígenas E Os Flamengos No Brasil Holandês (1624-1654)

Regina de Carvalho Ribeiro*

RESUMO

O objetivo do presente artigo é realizar um balanço histórico das relações estabelecidas entre os holandeses e os indígenas nos tempos de dominação flamenga no Pernambuco colonial. Através da crítica das fontes e da revisão das obras de renomados historiadores na área, a proposta visa atingir a perspectiva da interação entre os sujeitos históricos, analisada pelas dinâmicas religiosas, políticas e militares da sociedade colonial. Por fim, avança-se sobre uma abordagem etnohistórica do Brasil Holandês para discutir a reinvenção da identidade dos potiguares através da concepção do grupo étnico dos brasileiros entre os anos de 1624 e 1654.

Palavras-chave: Brasil Holandês, Identidade Brasileira, Etnohistória.

ABSTRACT

The aim of this paper is to make a historic balance of the relationship between the Dutch and the Indians in the period of the Dutch domination in Pernambuco. The analyses were done by the methods, such as source criticism and the review of the bibliography to achieve the perspective of interaction between historical subjects, by the religious, political and military side including the dynamics of colonial society. Finally, this paper go through an ethnohistoric approach of Dutch Brazil to discuss the reinvention of the identity of potiguars by designing the ethnic group of the Braziliano between the years 1624 and 1654..

Keywords: Dutch Brazil, Brazilian Identity, Ethnohistory.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense e bolsista de doutorado da CAPES. E-mail: regininhacribeiro@gmail.com

Um histórico da dominação neerlandesa

A história da presença neerlandesa no litoral da América Portuguesa iniciou-se no século anterior a efetiva dominação flamenga, desde as mudanças provocadas pela abdicação de Carlos V e pela subida ao trono de Filipe II. Autor de uma postura mais autoritária que seu pai em defesa do catolicismo e da grandeza da monarquia espanhola, Filipe II provocou a insatisfação de algumas autoridades das Dezessete Províncias do Norte, acostumadas com uma política de respeito às liberdades públicas.

A contestação religiosa transformou-se em desordem e iniciou o conflito conhecido como Guerra dos Oitenta Anos em 1568, financiada graças aos recursos econômicos e militares da Holanda e da Zelândia. A luta terminou por originar a República das Províncias Unidas do Norte em 1588, formada a partir da reunião das sete províncias calvinistas em 1579 na União de Utrecht¹, cuja independência foi finalmente reconhecida pelo Tratado de Westfália de 1648.

Durante este momento, a Coroa portuguesa passou às mãos de Filipe II – em regime de agregação conforme o Estatuto de Tomar de 1581 – quem alegou o direito de hereditariedade na crise sucessória instaurada após o desaparecimento do rei D. Sebastião na Batalha de Alcácer Quibir, ocorrida no norte da África em 1578. A partir da vitória das tropas de Filipe II contra as forças de D. Antônio, prior do Crato, em 1580 na Batalha de Alcântara, Portugal uniu-se à “Monarquia plural dos Habsburgos hispânicos”², iniciando o período de União Dinástica³.

Neste tempo de hostilidades entre as Províncias Unidas e Filipe II, os holandeses visaram conquistar os domínios coloniais espanhóis no Oriente e no Atlântico. Primeiramente direcionando a expansão para o Índico, em 1602 foi fundada a *Vereenigde Oost-Indische Compagnie* (VOC) ou Companhia das Índias Orientais⁴. Graças à companhia, os holandeses conseguiram conquistar as ilhas Molucas em 1605, o que concedeu estratégico acesso às especiarias, rompendo com o monopólio ibérico comercial.

Após vinte anos de sangrenta luta, Espanha e Holanda, a frente das províncias, estabelecem uma trégua em 1609 assinada forçosamente por Filipe III, filho de Filipe II. Como fundamento da guerra, a questão religiosa estava fortemente intrínseca aos conflitos do século XVII, cuja a atmosfera tolerante era o traço marcante das Províncias Unidas⁵, embora o calvinismo neerlandês fosse de fato a religião do Estado.

O avanço dos holandeses para o Atlântico ocorreu apenas com o final da trégua em 1621, quando foi criada a *West-Indische Compagnie* (WIC) ou Companhia das Índias Ocidentais, uma empresa com cinco câmaras regionais na qual predominavam os capitais holandeses e flamengos e cujo órgão diretor era composto pelo Conselho dos Dezenove

1 Pertencem às Províncias Unidas do Norte: Holanda, Zelândia, Frísia, Utrecht, Gueldre, Groninga e Over-Yssel. Informações segundo MÉCHOULAN, Henry. “Referências e conjunturas: o nascimento de uma nação.” In: *Dinheiro e Liberdade. Amsterdã no Tempo de Spinoza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, p. 15-35.

2 A Monarquia plural dos Habsburgos hispânicos foi um conjunto politerritorial de domínios distintos e descontínuos cujo vínculo se fazia na presença de um mesmo príncipe, como considera o historiador Fernando Bouza Álvarez. Vide. BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. “A ‘saudades’ dos reinos e a ‘semelhança do rei’: Os vice-reinados de príncipes no Portugal dos Filipes” In: *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, cultura e representações (1580 – 1668)*. Lisboa: Cosmos, 2000, p. 114-5.

3 Durante os sessenta anos de União Dinástica entre as casas reinantes de Portugal e da Espanha, três Filipes passaram pelo poder: Filipe II de Espanha que reinou de 1580 a 1598, Filipe III que assumiu de 1598 a 1621 e Filipe IV que governou de 1621 a 1640.

4 VAINFAS, Ronaldo. “Diáspora Pernambucana” In: *Jerusalém Colonial: judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 85 – 140.

5 “A religião holandesa tinha um caráter familiar.” Ver: ZUMTHOR, Paul. “A Religião” In: *A vida quotidiana na Holanda no tempo de Rembrandt*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d. p. 109.

Senhores (os *Heeren XIX*). Tratava-se, pois, de “uma empresa tipicamente moderna para os padrões da expansão mercantil do século XVII”, segundo avalia o historiador Ronaldo Vainfas⁶.

O interesse holandês almejava a fundação de estabelecimentos comerciais e a prática do comércio com os naturais, mas voltava-se sobretudo para a posse das capitânicas produtoras de açúcar. Assim, devido as ambições políticas e econômicas da Companhia das Índias, as guerras pernambucanas do século XVII, travadas entre os luso-brasileiros e os neerlandeses a partir das investidas da WIC nos territórios situados ao nordeste do Brasil Colonial, são chamadas de “guerras do açúcar”, como explicou o historiador Evaldo Cabral de Mello⁷.

Com os primeiros olhares dirigidos para a sede do Governo Geral da América Portuguesa, a Bahia foi o primeiro alvo, uma das mais importantes regiões açucareiras, para onde os holandeses enviaram uma expedição em dezembro de 1623. A esquadra contava com 26 navios, 3300 homens e 450 bocas-de-fogo comandada pelo almirante Jacob Willekens⁸. Porém, tão logo a notícia chegou a Madri e a Lisboa, Felipe IV de Espanha enviou um contra-ataque em fevereiro de 1625. A poderosa esquadra que totalizava 52 navios, 12566 homens e 1185 bocas-de-fogo sob o comando do almirante espanhol d. Fradique de Toledo Osório restituiu a Bahia para os espanhóis.

Apesar de terem perdido Salvador, os holandeses conseguiram estabelecer uma boa relação com os índios locais da tribo Potiguar. Segundo o historiador Frans Leonard Schalkwijk⁹, foram mesmo estes brasileiros¹⁰ que escolheram o lado holandês como libertadores da submissão portuguesa.

Os primeiros contatos entre os holandeses e os indígenas

De acordo com o historiador José Antônio Gonsalves de Mello, a atitude holandesa para com os índios do Brasil colonial embasou-se numa política de alianças com as tribos, através da qual os invasores conseguiam informações sobre os caminhos e as riquezas minerais daquelas terras¹¹. Segundo as pesquisas do historiador Mark Meuwese¹², as relações entre os neerlandeses e os ameríndios se caracterizaram por um amplo processo de trocas.

O contato inicial entre os potiguares e os holandeses em Salvador foi de tal modo profícuo que a esquadra neerlandesa do burgomestre de Edam, Boudewijn Hendrickzoon regressou em 1625 levando seis índios a bordo, cujos nomes são possíveis de se conhecer graças aos escritos do importante geógrafo e um dos diretores da WIC, o belga Joannes de

6 VAINFAS, Ronaldo. “Conquista holandesa.” In: *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 35.

7 MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 2ª ed., revista e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p. 14.

8 Dados informados por VAINFAS, Ronaldo. *Traição*. Op. cit. p. 36.

9 SCHALKWIJK, Frans Leonard. Índios protestantes no Brasil Holandês, *História Viva* nº 4. São Paulo: Ed. Dueto, 2004.

10 O termo “brasilianos” designa-se a denominação dada pelos holandeses às tribos aculturadas. Em contrapartida, o designativo “Tapuias” refere-se aos moradores autóctones do Brasil resistentes ao jugo colonial. Vide SCHALKWIJK, Frans Leonard. Op. cit. Para uma análise da distinção entre tapuias e tupis, bem como de suas representações enquanto selvagens e domesticados, respectivamente, pelos registros iconográficos batavos contemporâneos ver CHINCANGANA-BAYONA, Yobenj Aucardo. “Os tupis e os tapuias de Eckhout: o declínio da imagem renascentista do índio.” *Revista Varia História*, Belo Horizonte, vol. 24, n. 40, jul.-dez. 2008, p. 591-612

11 MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos: Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, p. 207-236.

12 MEUWESE, Mark. *For the Peace and Well Being of the Country: intercultural mediators and Dutch-Indian relations in New Netherlands and Dutch Brazil, 1600-1664*. Tese PhD., University of Notre Dame, EUA, 2003.

Laet¹³, o qual menciona a constância dos encontros entre os viajantes holandeses e os índios da costa colonial. Eis os potiguares que embarcaram rumo as Províncias Unidas: Gaspar Paraopaba, André Francisco, Pedro Poti, Antônio Guiravassauai, Antônio Francisco e Luís Gaspar.

Em represália ao acolhimento indígena aos holandeses em Acajutibiró ou Tibiracaiatuba, também conhecida como Baía da Traição, um grande número de potiguares foi massacrado pelos portugueses¹⁴. Quanto aos refugiados transportados da Paraíba para Amsterdã em 1625, estes passaram cinco anos na Holanda, período no qual aprenderam a língua holandesa e se converteram ao calvinismo.

Embora o interesse holandês nesses ameríndios estivesse relacionado com as motivações do romantismo naturalista da época, o fato é que tais indígenas desempenharam um papel muito mais importante, tanto em terras flamengas, onde receberam educação e instrução religiosa, chegando a transitarem nos meios universitários em Leiden e no mundo dos negócios, como nos conta o historiador José Antônio Gonsalves de Mello¹⁵; quanto em território colonial, onde prestaram serviços a WIC de tradutores e de poderosas lideranças locais¹⁶.

Antes mesmo da entrada em Pernambuco, os holandeses já haviam proclamado o direito dos índios à liberdade, fossem aculturados ou não, deixando-os livre de qualquer sujeição. Tal princípio encontra-se na constituição do Brasil Holandês, reafirmado nos seus regulamentos de 1629, 1636 e 1645¹⁷. A recomendação geral do Conselho dos XIX em todas as missivas enviadas era bastante clara nesse sentido:

Resolvemos e temos por decidido que brasiliano algum que anteriormente tenha sido escravizado pelos portugueses (por ódio pela guerra que lhes movemos ou porque tenham os brasileiros nos favorecido) deverá permanecer em escravidão, mas onde um for encontrado em tal situação deverá ser posto em liberdade.¹⁸

De acordo com Schalkwijk, ao viverem entre os holandeses, os indígenas podiam gozar de todos os direitos humanos conhecidos a época, apesar da elevada taxa de mortalidade que pode ser explicada pelas doenças e conflitos com os portugueses, os quais dizimavam os nativos¹⁹.

Entre 1628 e 1629, os Diretores da WIC decidiram fazer uma nova investida voltada para Pernambuco, a mais produtiva das capitanias, com as melhores receitas oriundas da cana-de-açúcar, base para uma futura expansão rumo ao interior e ótimo ponto de apoio

13 LAET, Joannes de. *L'Histoire du Nouveau Monde ou Description des Indes Occidentales*. Leiden, 1640. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit. p. 207.

14 Informações segundo VAINFAS, Ronaldo. "O Plano para Bom Governo dos Índios: um jesuíta a serviço da evangelização calvinista no Brasil Holandês." *Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica*, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, n. 27-2, 2009.

15 MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit. p. 208.

16 Carta do Conselho dos XIX ao Conselho Político de Pernambuco, datada de Amsterdã, 30 de outubro de 1631, na qual os Diretores consideravam que os índios "receberam de nós muitas finezas e ficaram conhecendo o nosso governo, a vida civil e a nação", assim sendo "devem ser empregados a serviço da Companhia." Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit. p. 209.

17 Ver "Regimento do governo das praças conquistadas ou que foram conquistadas nas Índias Ocidentais", tradução de José Higinio, in *RIAP*, Recife, n. 31, 1886, p. 292, item 10. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit.

18 Carta do Conselho dos XIX ao conde e Supremo Conselho datada de 18 de abril de 1642. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit. p. 216.

19 SCHALKWIJK, Frans Leonard. Op. cit.

para o domínio do Atlântico Sul e a navegação das Índias Orientais. Segundo Ronaldo Vainfas, a esquadra contra Pernambuco, reunida em dezembro de 1629, contava com 67 navios, 7 mil homens e 1170 bocas-de-fogo, comandada pelo almirante Hendrik Cornelioszoon Loncq e o coronel Jonckheer Dierick van Waerdenburgh²⁰.

As informações chegaram a Corte de Madri e o Primeiro Ministro do rei Felipe IV, o aristocrata Gaspar de Guzmán, conhecido como Conde-Duque de Olivares, incumbiu Matias de Albuquerque, um dos mais importantes senhores proprietários de Pernambuco, de comandar a resistência. Ao chegar ao Brasil, o comandante geral da resistência tratou de melhorar as fortificações desmanteladas das Capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte, erguer novas posições estratégicas e exercitar novos recrutas²¹.

Contudo, o comandante-em-chefe Loncq ordenou o ataque holandês imediato logo que avistou Olinda, capital da Capitania de Pernambuco, em 15 de fevereiro de 1630 e a esquadra entrou no Recife no mesmo dia, quando Waerdenburgh desembarcou na baía de Pau-Amarelo. Olinda foi conquistada, queimada e arrasada.

Assim que Matias de Albuquerque percebeu que não havia mais como salvar o Recife, mandou pôr fogo nos Armazéns e destruir os navios, abandonando Recife e concentrando a resistência na várzea do rio Capibaribe, ponto estratégico para observação das operações flamengas, além de ter sido o distrito açucareiro mais próspero. Ao acampamento, Albuquerque denominou Real ou Arraial do Bom Jesus, de onde começou uma declarada guerra de emboscadas contra os holandeses, chamada pelo cronista Francisco de Brito Freyre de “Guerra Brasileira”²².

Em outubro de 1631, um tapuia do Rio Grande apresentou-se ao governo de Recife oferecendo a colaboração de dois chefes da sua tribo, Nhanduí e Oquenou. Segundo a crônica do humanista holandês Gaspar Barleus, os tapuias tornaram-se valiosos aliados dos holandeses e tradicionais inimigos dos portugueses: “É célebre no Brasil Holandês o nome dos tapuias, por causa do seu ódio aos portugueses, das guerras com os seus vizinhos e dos auxílios mais de uma vez prestados a nós. Habitam o sertão brasileiro, bastante longe do litoral.”²³

Nessa comunicação, serviram como línguas, isto é, intérpretes, aqueles brasileiros educados na Holanda, os quais regressaram ao Brasil Colônia em 1631. Entre tais índios, destacam-se Pedro Poti, primo de Felipe Camarão, e Antônio Paraopaba, ao desempenharem relevante papel como lideranças indígenas dos holandeses, sobretudo após 1645.

Como política adotada pela WIC, pode-se perceber que a aliança com as tribos nativas se fazia fundamental para a conquista e a manutenção do território pelos neerlandeses, cujo valor militar dos indígenas fora percebido por Waerdenburgh desde o início: “os brasileiros não são cordeirinhos como os pintam certas histórias das Índias Ocidentais que li; são antes

20 VAINFAS, Ronaldo. *Traição*. Op. cit. p. 38.

21 WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil*. (Original de 1938). 3ª ed. Re. cife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 100.

22 O português de família abastada do Alentejo e proprietário de terras e engenhos na Bahia, Francisco de Brito Freyre, autor da obra “Nova Lusitânia, História da Guerra Brasileira”, denominou as guerras pernambucanas do século XVII com o termo “guerra brasileira” referindo-se especialmente a peculiaridade das guerrilhas ocorridas entre 1630 e 1636 marcadas pela conquista holandesa, as quais contaram com grande contingente nativo que lutou enquanto soldados do conflito. Apesar da resistência luso-brasileira, o embate terminou com a vitória neerlandesa a partir do estabelecimento do domínio flamengo com a vinda do governador Conde João Maurício de Nassau-Siegen em 1637. Vide. FREYRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasileira* (manuscrito de 1675). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

23 BARLEUS, Gaspar. *História dos Feitos Recentemente Praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974, p. 206.

soldados valentes, prontos e audaciosos, como têm mostrado”.²⁴

Por isso, uma das preocupações constantes da WIC era a atração e a conservação da amizade com os brasileiros e com os tapuias. O próprio governador²⁵ Maurício de Nassau reconheceu em um de seus relatórios:

(...) da amizade dos índios depende em parte o sossego e a conservação da colônia do Brasil e que se tendo isto em vista deve-se-lhes permitir conservar a sua natural liberdade, mesmo aos que no tempo do rei da Espanha caíram ou por qualquer meio foram constrangidos à escravidão, como eu próprio fiz, libertando alguns. (...) Se agirmos de modo contrário, mantendo-os como escravos, é de esperar que seguirão o exemplo dos do Ceará e das Salinas; atacam os moradores do interior, tornarão os caminhos inseguros, sem que se possa impedi-los nisso.²⁶

No entanto, se em relação aos brasileiros a política da WIC era bastante clara, havia certo impasse do modo de relacionar-se com os tapuias, como demonstrou Gonsalves de Mello nos relatos dos *commandeurs*²⁷ que fizeram consultas ao Conselho Político a respeito deste questionamento. A resposta das autoridades neerlandesas recomendava expressamente que “deveria manter favoráveis a nós os tapuias, por todos os meios, devendo-se presenteá-los com alguns objetos nuremburgueses”²⁸. Assim, a Companhia se empenhou deveras para manter a amizade tanto dos tupis quanto dos tapuias.

Para o exercício desta política de aproximação, especialmente das lideranças indígenas, a WIC procurou levar homens de várias partes da Europa para se embrenharem nas matas e se misturarem aos índios, alguns dos quais José Antônio Gonsalves de Mello denomina: Jacob Rabe, Roelof Baro, Pieter Persijn, Jacob de Groot e Johan Listry²⁹. Ao compartilharem suas vidas com os nativos, alguns europeus chegaram a se casar com as índias, casos de Jacob Rabe e Doncker³⁰; embora esta forma de união não tenha sido muito bem aceita por alguns predicantes calvinistas que desenvolveram um trabalho missionário junto aos indígenas do Brasil Holandês.

Segundo Schalkwijk, a empatia dos holandeses pelos indígenas não pode ser avaliada apenas pela necessidade de apoio militar nas guerras, mas por partilharem de um sentimento de opressão em relação aos ibéricos³¹. De todo modo, pode-se perceber a presença de um forte caráter religioso nas alianças estabelecidas, sobretudo porque a religião serviu como meio pelo qual os holandeses consolidaram seu domínio e sua união com os indígenas.

24 Carta de Waerdenburgh ao Conselho dos XIX, datada de 23 de julho de 1630. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit. p. 209-210.

25 O cargo de governador foi ocupado primeiramente por Waerdenburgh, substituído pelo coronel Sigismund Von Schkoppe em 1633 e em seguida por Maurício de Nassau em 1637. Vide VAINFAS, Ronaldo. *Traição*. Op. cit. p. 39.

26 Relatório do Conde de Nassau aos Estados Gerais, sem lugar nem data, apresentando em sessão de 27 de setembro de 1644. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit. p. 210.

27 Os *commandeurs* eram os encarregados de contratar o serviço dos índios para a WIC nas aldeias. Conforme. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit. p. 211.

28 A menção a Nuremberg refere-se a um importante centro fabril de quinquilharia. *Dag. Notulen* de 28 de janeiro de 1636. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit. p. 212.

29 MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit. p. 211.

30 SOUTO MAIOR, Pedro. “Fastos Pernambucanos”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo LXXV, Parte I, 1913, p. 399.

31 SCHALKWIJK, Frans Leonard. Op. cit.

A dimensão religiosa da relação entre os flamengos e os ameríndios

Neste terreno, pode-se afirmar que os protestantes se voltaram para os indígenas, principalmente para os brasileiros, com duplo objetivo: de combater a cultura tradicional e de reorientar a cristianização dos índios. Mediante tais propósitos, a Igreja Reformada acabou por utilizar um sistema de aldeamento muito próximo ao católico, sendo paradoxo observar, conforme Vainfas, que a catequese dos brasileiros visava desconstruir a missionação jesuítica enquanto operava sobre bases inacianas³². Segundo o historiador, a evangelização calvinista funcionou como um instrumento de aliança política com fins militares³³.

Portanto, a decisão de iniciar os trabalhos missionários calvinistas foi assumida na reunião do conselho eclesiástico da Igreja Reformada do Recife, que dirigiu uma carta ao Presbitério de Amsterdã. Segundo Schalkwijk, o “Consistório de Fernambuco” solicitava oito “proponentes” aptos para o pastorado e para a aprendizagem da língua brasileira, além de professores primários³⁴. Em resposta à missiva, os Dezenove Senhores aceitaram apoiar o trabalho missionário, rejeitando apenas a sugestão de embarque de jovens brasileiros a Holanda.

No trabalho missionário, destacaram-se os predicantes reformados Joahanes Eduardous, Thomas Kemp, Dionisio Biscareto, Gilbertus de Vau e Vicente Soler. Tratavam-se de ministros do calvinismo que se ocupavam da pregação diária aos soldados da WIC. Portanto, pode-se perceber que a Companhia das Índias estimulou e financiou a política de catequese dos índios, compartilhando certos interesses com as autoridades eclesiais da Igreja Reformada, embora nem sempre concordassem sobre alguns aspectos relativos à sua condução.

Nos aldeamentos indígenas, foram 160 predicantes empregados nas funções de pastores, professores e consoladores entre 1630 e 1654³⁵. Segundo Schalkwijk, a evangelização dos indígenas não era uma preocupação apenas da igreja reformada, como também do próprio governo holandês, o qual apoiou o trabalho missionário por considerar necessária a colaboração indígena na luta contra os portugueses³⁶.

Ao lidar com índios já cristianizados, a missionação calvinista precisou realizar uma nova conversão que se baseava nos valores do Catecismo de Heidelberg. Para tanto, Vainfas defende a valiosa colaboração dada pelo padre Manoel de Moraes aos holandeses a partir de sua rendição na Paraíba em 1634³⁷. Por ter uma formação jesuítica, além de fornecer informações relevantes sobre a população indígena e o mapeamento completo das aldeias do Brasil Holandês³⁸, o padre atuou como consultor da WIC a respeito das estratégias evangelizadoras dos brasileiros.

Nestes termos, Manoel de Moraes chegou a propor um *Plano para o Bom Governo*

32 A análise da tradução do jesuitismo ao calvinismo foi objeto de estudo da tese de Maria Aparecida Barreto Ribas. Ver: RIBAS, Maria Aparecida Barreto. *O leme espiritual do navio mercante: a missionação calvinista no Brasil Holandês*. Tese de doutorado em História defendida pela Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

33 VAINFAS, Ronaldo. O Plano para Bom Governo dos Índios... Op. cit. p. 151-2.

34 SCHALKWIJK, Frans Leonard. Op. cit.

35 VAINFAS, Ronaldo. O Plano para Bom Governo dos Índios... Op. cit. p. 151-2.

36 SCHALKWIJK, Frans Leonard. Op. cit.

37 O estudo completo do historiador sobre a atuação do personagem no Brasil Holandês encontra-se publicado com o nome *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil Holandês processado pela Inquisição*. Ver: VAINFAS, Ronaldo. *Traição*. Op. cit.

38 Informações registradas pelo cronista Joannes de Laet. Ver: LAET, Joannes de. *História ou Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais, desde o começo até o fim do ano de 1636* (original de 1644). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1916-25.

dos Índios em 1635, no qual recomendava que se fossem empregadas diferentes formas de tratamento aos indígenas e aos negros; enfatizando a liberdade indígena e a estratégia de preparação de índios para os ofícios de tradutores e de regedores; e indicando a política de aproximação com as lideranças indígenas, o aprendizado da língua tupi, a prioridade da evangelização dirigida a crianças e a total exclusão dos jesuítas como cerne de um projeto evangelizador neerlandês³⁹.

O Plano foi preparado por Manoel durante sua estadia na Holanda e chegou a ter a sua utilização recomendada por um dos diretores da WIC, ninguém menos que Joannes de Laet. Apesar de alguns impasses acerca da adoção do projeto elaborado pelo ex-jesuíta, Vainfas reconheceu que seu plano parece ter sido seguido em muitos aspectos, sobretudo quanto a preservação da liberdade dos índios e ao provimento de lideranças⁴⁰. A recomendação da preparação de tradutores e de regedores nativos também atesta o êxito do projeto, sobretudo pela realização de uma assembleia dirigida pelos capitães indígenas em 1645.

A partir da queda do Arraial do Bom Jesus, em junho de 1635, o exército luso-hispano-brasileiro não conseguiu manter por muito tempo a resistência aos holandeses, deixando nas mãos da WIC o domínio sobre o centro de produção açucareira. Assim, terminava a “guerra de resistência”⁴¹, primeira fase da dominação holandesa, marcada pelo avanço da conquista flamenga e pela fragilidade da defesa portuguesa entre 1630 e 1636. Em 1637, foi enviado o Conde João Maurício de Nassau-Siegen para governar as terras conquistadas pela WIC.

Durante a época nassoviana (1637-1644), um período de aparente trégua nas incursões militares e relativa paz, os calvinistas Vicente Soler, chefe dos predicantes franceses do Recife, e David à Doreslaer, jovem pastor na Paraíba, desenvolviam atividades ligadas ao presbitério, reunindo-se para a purificação do corpo e para a convenção missionária. Na reunião de 1638, os índios da Paraíba pleitearam seu próprio predicante, pedido atendido pelo presbitério que indicou Doreslaer, que decidiu ainda inserir professores falantes da língua espanhola para ensinar velhos e jovens a ler e a escrever e para dar instrução sobre a religião cristã⁴².

Segundo Gonsalves de Mello, o governador Nassau procurou seguir as recomendações da WIC quanto a manutenção da amizade com os índios, atraindo os “quereris” que habitavam próximo ao rio São Francisco e seduzindo os cariris e os goianases para a defesa da fronteira Sul, além de conservar o apoio dos tapuias de Nhanduí no Rio Grande. Ademais, o conde entregou a missão de aproximar-se das tribos situadas a oeste da colônia a um holandês de Amsterdã chamado Roelof Baro. Desta maneira, Baro seguiu em direção ao sertão em 1643 incumbido de descobrir e envolver-se com os waipebas e caripatous, nações das quais recrutou alguns índios para levá-los ao Recife⁴³.

Preocupado com os abusos cometidos pelos *commandeurs* aos indígenas, Nassau nomeou um chefe geral para os brasileiros. O primeiro a ocupar o cargo foi Wilhelem Doncker, casado com uma índia, designado em 1639 para dirigir os índios e o governo das aldeias. A Doncker deve-se um precioso levantamento dos índios aliados aos holandeses,

39 VAINFAS, Ronaldo. O Plano para Bom Governo dos Índios... Op. cit. p. 158-9.

40 Ibidem. p. 160.

41 Denominação segundo o historiador Evaldo Cabral de Mello em Olinda Restaurada. Ver: MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit. p. 13.

42 Informações segundo SCHALKWIJK, Frans Leonard. Op. cit.

43 MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit. p. 212-3.

exceto os tapuias⁴⁴.

A respeito dos casamentos entre os holandeses e os indígenas, há alguns casos como os de Gerard Barbier, Rabe, Doncker e Jacob Kint, dos quais originaram “a mestiçagem brasilo-galicana” apontada por Capistrano de Abreu⁴⁵. Entretanto, Gonsalves de Mello adverte que tais uniões, mormente conduzidas por *commandeurs*, chefes de aldeias, mestres-escolas e aventureiros, foram causa de deportação, como no exemplo de Gaspar Beem. Portanto, pode-se pensar que o enlaçamento de tais povos nunca foi completamente tolerado tanto pelo Supremo Conselho quanto pelo Conselho Eclesiástico, restringindo as relações apenas no nível da aliança militar, ao menos em termos de autorização formal.

Os serviços missionários calvinistas, que incluíam a pregação, a educação, a produção de literatura e o ministério diaconal⁴⁶, obtiveram grande êxito, como testemunhou Nassau, a respeito do trabalho do pastor Doreslaer no sul da capitania da Paraíba, onde os índios enxotaram os padres por não mais tolerá-los em suas aldeias. O relato se torna extremamente significativo por mencionar uma expulsão de religiosos motivada pelos próprios indígenas, contextualizando-se com o direito de liberdade religiosa afirmado no Acordo da Paraíba de 1635, no qual foi autorizada a permanência de párocos e de católicos que aceitassem permanecer sob o domínio holandês.

Entretanto, deve-se destacar que o documento exclui os jesuítas, terminantemente expulsos do território, acabaram deportados para as Índias de Castela, Portugal, Espanha ou transportados como prisioneiros para a Holanda. Segundo Vainfas, além da grande resistência apresentada por parte dos religiosos a presença holandesa desde o tempo das investidas de 1625 contra a Bahia, a expulsão dos jesuítas se justifica principalmente pelo perigo que representavam à estabilidade do domínio flamengo devido ao seu elevado grau de influência sobre os indígenas, obtido graças aos trabalhos de missionação inaciana. Por isso, o historiador afirmou que: “Companhia das Índias e Companhia de Jesus eram instituições rivais que não poderiam ocupar o mesmo espaço.”⁴⁷

No Presbitério de 1637, os questionamentos a respeito dos batismos de brasileiros e de africanos foram resolvidos a partir da aceitação, por parte da Igreja Cristã Reformada, dos batismos realizados pela Igreja Católica Romana, através da atuação de jesuítas, franciscanos, carmelitas e capuchinhos. Quanto as crianças brasileiras, a instituição decidiu por conceder o sinal da graça somente àquelas cujos pais professassem publicamente a sua fé em Jesus Cristo. Ainda assim, Schalkwijk estranha a pequena quantidade de registros de batismos de filhos de índios encontrados nos livros da Igreja Reformada⁴⁸.

No relatório de 1638, o predicante Doreslaer informou que os brasileiros frequentavam os cultos de oração, cânticos e pregação e atendiam as admoestações⁴⁹. Ao comunicar ao presbitério sua dificuldade em atender a região, o pastor passou a contar com os serviços do inglês Johannes Eduardus, pastor transferido de Serinhaém que ficou responsável

44 O documento foi publicado no relatório de Adriaen van der Dussen, datado de “Bordo do Overyssel, 10 de dezembro de 1639”. Informação segundo. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit. p. 218.

45 Informação segundo MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit. p. 220.

46 O ministério diaconal ou de assistência social esboçava a preocupação dos predicantes com a saúde dos indígenas. Neste interim, destacam-se a questão do envio de brasileiros em expedições, o que foi proibido pelo governo holandês do Recife após insistência do Presbitério; e a situação matrimonial caótica, que resultou em projetos de reconciliação ou divórcio legal e até na lei do ventre-livre de 1645 para os casos de filhos de uma união entre escravos africanos e indígenas. Ver: SCHALKWIJK, Frans Leonard. Op. cit.

47 VAINFAS, Ronaldo. O Plano para Bom Governo dos Índios... Op. cit. p. 153.

48 SCHALKWIJK, Frans Leonard. Op. cit.

49 Ibidem.

por um trabalho semelhante ao desenvolvido por Doreslaer, nas aldeias de Itamaracá, ministrando aulas de preparação para a profissão pública de fé.

Assim, o projeto de missionação calvinista, trabalhando particularmente com os tabajaras e os potiguaras, empenhava-se, primeiramente, na preparação de tradutores, tarefa iniciada já na Holanda em 1625, com a conversão do grupo de potiguares. Ao perceberem a necessidade de um catecismo, os predicantes do Brasil concluíram a “Instrução Simples e breve da palavra de Deus nas línguas brasileira, holandesa e portuguesa, confeccionada e editada por ordem e em nome da Convenção Eclesial e Presbiterial no Brasil” em 1640.

De acordo com Vainfas, o “catecismo tupi”, como o texto ficou conhecido, significou uma adaptação simplificada do Catecismo de Heidelberg na sua versão castelhana de 1628⁵⁰. Tratava-se de um enorme esforço por parte da Igreja Cristã Reformada de entregar aos índios a mensagem bíblica em sua própria língua. Apesar das divergências entre a aprovação da WIC e a reprovação pelo Presbitério de Amsterdã, o texto foi impresso em 1641 e enviado ao Brasil para ser utilizado na catequese de brasileiros.

A respeito da polêmica aceitação do “catecismo tupi”, pode-se perceber a tensão entre a Igreja Reformada e o Estado, representado pelos interesses da Companhia das Índias, acerca da responsabilidade missionária pelas colônias. As divergências revelam, assim, o temor dos possíveis desvios relativos à doutrina cristã reformada⁵¹ mediante a concessão de um catecismo trilingue.

A política da WIC incluiu o envio de professores evangélicos acompanhados de suas famílias para misturarem-se aos brasileiros no cotidiano das aldeias e ensina-los, assim, a língua holandesa e os “costumes civis”⁵². Contudo, o historiador Schalkwijk observou que provavelmente os holandeses aprenderam o tupi antes dos brasileiros aprenderem o flamengo⁵³. De qualquer modo, o primeiro professor evangélico entre os índios foi o espanhol Dionísio Biscareto, nomeado para Itapecerica, maior aldeia da região de Goiana; seguida pela indicação do inglês Thomas Kemp para as aldeias paraibanas, com ênfase sobre a de Massurepe.

No ano de 1640 ainda, realizou-se a primeira Ceia do Senhor na Paraíba, reunindo índios de várias aldeias. Neste momento, iniciou-se o trabalho que Schalkwijk chama de “brasilianização”, idealizado pelo predicante Soler, e que concerne na nomeação de alguns brasileiros capazes de instruir os índios como professores da aldeia, mediante o pagamento de um soldo equivalente a um cabo do exército. Desta forma, no início de 1641, dois professores indígenas já estavam trabalhando na igreja evangélica da América do Sul: José Gonsalves e Melchior Francisco.

A partir de então, muitas aldeias pediram a Igreja Reformada os seus próprios obreiros, mas a dificuldade para achar pessoas instruídas levava a permanecer nas mãos dos predicantes o monopólio sobre a evangelização. Antes mesmo do início da revolta de 1645,

50 Infelizmente não restou sequer um exemplar do documento nos arquivos de Amsterdã, Haia, Leiden e do Recife para que possa ser examinado. Informação segundo: VAINFAS, Ronaldo. O Plano para Bom Governo dos Índios... Op. cit. pp. 151-2.

51 A doutrina cristã reformada da República das Províncias dos Países Baixos estabelecida no Sínodo Nacional de Dordt em 1619 ancorava-se nas três “fórmulas da união” da Confissão Neerlandesa, do Catecismo de Heidelberg e dos Cânones de Dordt. Informação segundo SCHALKWIJK, Frans Leonard. Op. cit.

52 Em alguns casos, procedeu-se o ensino de trabalhos manuais e de artes úteis, o que, segundo Gonsalves de Mello, teria sido a melhor política educacional adotada pelos holandeses e oferecida aos indígenas. Ver: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit. p. 224.

53 SCHALKWIJK, Frans Leonard. Op. cit.

ocorreu a primeira grande assembleia indígena em Itapecerica, na capitania de Itamaracá, como informou Vainfas, reunindo 150 chefias, entre capitães de aldeia, tenentes, alferes, adjuntos e regedores. De acordo com Schalkwijk, o número de representantes indígenas teria sido menor, atingindo a marca de 120 lideranças.

Contudo, as atas da assembleia, registradas nas Notulen van Brasilië⁵⁴, demonstram a confirmação de importantes privilégios ou direitos dos índios do partido holandês, sancionados pelos Dezenove Senhores, entre eles: a liberdade dos índios; a manutenção de mestres-escolas e de pastores para a doutrina da religião reformada; a organização de três câmaras nas aldeias de Itapecerica e o provimento de lideranças indígenas no seu respectivo governo⁵⁵.

Assim, três índios foram designados para a função de regedor⁵⁶, a saber: Pedro Poti para a câmara da Paraíba, Antônio Paraopaba para a câmara do Rio Grande e Domingos Carapeba para a câmara de Itamaracá⁵⁷. Ao servirem a WIC, os índios potiguares tornaram-se, então, legítimos funcionários do Estado Holandês.

A colaboração político-militar dos brasileiros aos holandeses

No plano político, a sucessão de Nassau em 1644 por uma junta composta por três membros do Alto Conselho Holandês, Hendrik Hamel, Adriaan van Bullestrate e Dirck Codde van der Burgh, levou a conspiração luso-brasileira a tomar vulto, sobretudo pela cobrança das numerosas dívidas por parte da WIC.

Acusado de delatar a conspiração, graças aos contatos de um dos conspiradores, Sebastião de Carvalho, com o senhor de engenho cristão-novo Fernão do Vale, aliado flamengo que enviou carta anônima relatando um plano de golpe ao governo holandês através do médico e comerciante judeu Abraão de Mercado. Fracassando a conspiração, os rebeldes passaram ao plano de insurreição em junho de 1645.

Com a eclosão do levante, começou a terceira fase da dominação neerlandesa que durou até 1654 com a expulsão da presença flamenga. O período da insurreição pernambucana autoproclamou-se “a guerra da liberdade divina”, um conflito voltado à expulsão dos holandeses com o estandarte católico, mas que foi antes de tudo, “uma rebelião de devedores insolventes”⁵⁸, nas palavras de Vainfas, cujo saldo foi a vitória portuguesa e a reabilitação dos territórios situados a nordeste do Brasil Colonial.

A Restauração Pernambucana ficou marcada pelo uso crescente de recursos da terra, como uma empresa predominantemente local, incluindo o efetivo militar com a experiência colonial dos chefes⁵⁹, cujas tropas luso-brasileiras contavam majoritariamente de homens livres, de índios e de africanos.

Deste modo, pode-se considerar que a Restauração serviu mesmo como teste final a política governamental e a missão reformada, bem como a fidelidade dos indígenas

54 Documento depositado nos arquivos de Haia. Conforme: VAINFAS, Ronaldo. O Plano para Bom Governo dos Índios... Op. cit. p. 160.

55 VAINFAS, Ronaldo. O Plano para Bom Governo dos Índios... Op. cit. p. 160.

56 O cargo de regedor tratava-se de um capitão-mor ou governador dos índios, com honras de general, cujas forças ao seu comando corresponderiam a um regimento, denominado “terço” entre os portugueses. Definição segundo SOUTO MAIOR, Pedro. “Fastos Pernambucanos”. p. 402.

57 SCHALKWIJK, Frans Leonard. Op. cit.

58 VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém Colonial*. Op. cit. p. 332-3 e 340-1.

59 MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. Op. cit. pp. 13-4.

do partido holandês⁶⁰. Durante o embate, percebe-se que os potiguares não se reconheciam dentro do espaço caracterizado, segundo Francisca Viração, como “região étnica portuguesa”⁶¹ e, por se considerarem súditos das Províncias Unidas e da Igreja Reformada, procuraram amparo na República Holandesa.

Em meio ao ambiente bélico, o trabalho missionário continuou, sobretudo a partir de 1647, quando a brasilianização dos pregadores começou a dar seus resultados mais proveitosos. Neste serviço, destaca-se o professor índio João Gonsalves, o qual foi promovido a “consolador dos enfermos”, recebendo salário maior por ter se tornado evangelista. O Presbitério chegou a nomear mais dois professores índios, chamados Álvaro Jacó e Bento da Costa.

Neste momento histórico, o historiador Schalkwijk considerou que a missão da Igreja Reformada passou por um período de paciência perseverante para colher os frutos que plantou. De fato, a lealdade dos tabajaras aos holandeses foi atestada até mesmo pelo padre Antônio Vieira, ao defrontar-se com tais indígenas que se encontravam refugiados na serra de Ibiapaba, no Ceará.

Segundo Vieira, mesmo depois da expulsão dos neerlandeses, os brasileiros conservavam os preceitos calvinistas apreendidos com a Igreja Reformada e consideravam a Igreja Romana falsa. Por isso, o padre denominou o local de “Genebra dos Sertões”⁶², comparando a forte adesão religiosa destes indígenas aos próprios calvinistas e luteranos nascidos na Inglaterra ou na Alemanha.

No relato de Vieira, é possível perceber claramente a convivência de dois tipos de índios que vieram de Pernambuco, a saber, os potiguares, identificados pela sua conversão ao calvinismo, e os tapuias, cujo relevo dado direciona-se as alianças militares, como na passagem:

Com a chegada destes novos hospedes ficou Ibiapaba verdadeiramente a Genebra de todos os sertões do Brazil, por que muitos dos Índios de Pernambuco forão nascidos e creados entre os Holandezes, sem outro exemplo nem conhecimento da verdadeira religião. Os outros militavão debaixo de suas bandeiras com disciplina de seus regimentos que pela maior parte são formados da gente mais corrupta de todas as nações da Europa.⁶³

Neste tempo, a população indígena passava por uma grande miséria e o Presbitério recorreu a ajuda das igrejas na Holanda⁶⁴. Os donativos foram transportados gratuitamente pela WIC e distribuídos no Brasil pelos pastores Kemp, Biscareto e Apricius, o que despertou a gratidão das igrejas indígenas.

De acordo com Schalkwijk, a guerra de restauração parece ter aproximado ainda mais os indígenas dos holandeses, aliança a qual explicaria a resistência neerlandesa por

60 SCHALKWIJK, Frans Leonard. Op. cit.

61 A autora Francisca Jaqueline de Souza Viração entende que o território localizado a Nordeste da América Portuguesa do século XVII estava dividido em duas regiões étnicas: o Nordeste Holandês e o Nordeste Português, compreendendo o espaço segundo Michel de Certeau, numa acepção mais ampla que considera as práticas e as posturas corporais, políticas e estéticas. Ver: VIRAÇÃO, Francisca Jaqueline de Souza. “A Igreja Potiguara: a saga dos índios protestantes no Brasil Holandês”. *Revista Historiar*, ano II, n. 1, 2010.

62 VAINFAS, Ronaldo. O Plano para Bom Governo dos Índios... Op. cit. p. 160.

63 VIEIRA, Padre Antônio. “Relação da missão da Serra da Ibiapaba”. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1904, p. 86-138. p. 93. Apud. VIRAÇÃO, Francisca Jaqueline de Souza. Op. cit. p. 20.

64 Schalkwijk ressalta que o próprio Nassau fez questão de ajudar os índios holandeses, enviando de Amsterdã grande quantidade de linho, entre outras coisas. Ver: SCHALKWIJK, Frans Leonard. Op. cit.

nove anos mesmo tendo estado encurralados em muitas posições. Quando findou o domínio flamengo no Brasil Colonial, findou forçosamente a missão cristã reformada⁶⁵.

Os índios fieis a Igreja Reformada e súditos das Províncias Unidas, especialmente os tapuias, foram incluídos no perdão geral da capitulação de Tabora de 1654, mas a maioria, rebelde à coroa de Portugal, fugiu pelo interior do sertão da Serra de Ibiapaba, onde uniu-se aos índios tabajaras.

De qualquer forma, o momento da insurreição pernambucana parece ter sido bastante profícuo quanto a produção de documentação pelos indígenas, como o conjunto de cartas trocadas entre 1645 e 1646 por Pedro Poti e Felipe Camarão, conhecido como “Cartas Tupi”; e as duas representações enviadas por Antônio Paraopaba entre 1654 e 1656 ao Conselho dos XIX solicitando auxílio aos índios protestantes que permaneceram no Brasil Colonial.

Assim, entre os índios do partido holandês, Poti e Paraopaba atuaram como uma espécie de porta-vozes potiguares. O historiador Meuwese acredita que tais sujeitos transformaram-se em líderes pan-indígenas ao protegerem os brasileiros da exploração colonial impetrada pelos portugueses e de seus próprios aliados holandeses. Embora não tenham conseguido unir toda a nação brasileira sob sua liderança, é paradoxo observar que propagaram a autonomia a partir da dependência holandesa, segundo as regras coloniais⁶⁶.

Mediante a derrota dos holandeses em 1654, pode-se apontar a decepção dos potiguares, ao sentirem-se traídos e abandonados pelos holandeses. Ainda que os intermediários Paraopaba e Carapeba tentassem desesperadamente persuadir as autoridades neerlandesas a fornecerem ajuda militar e material aos brasileiros para sobreviverem aos portugueses no Brasil, como fora pedido através de documentação, os Estados-Gerais não se sentiram na obrigação de ajudá-los, mas ao menos concederam abrigo aqueles mediadores⁶⁷.

Desta maneira, apesar dos negociadores indígenas e holandeses terem efetivamente atravessado barreiras culturais para manter alianças e evitar o derramamento de sangue, os mediadores não chegaram a criar um meio termo no compartilhamento de símbolos e práticas⁶⁸, como observou Meuwese. Com base em tais argumentos, não se pode afirmar, mesmo tendo sido acordos bilaterais, que as relações estabelecidas entre brasileiros e holandeses tenham sido desenvolvidas de forma simétrica entre si.

Problematizando a Interação: por uma abordagem etnohistórica do Brasil Holandês

De acordo com José Antônio Gonsalves de Mello, apesar das estreitas relações estabelecidas entre os neerlandeses e os indígenas na América Portuguesa, os principais aliados dos flamengos parecem ter sido mesmo os tapuias, embora sua ferocidade assustasse até mesmo os amigos. Os tapuias nunca foram submetidos por não aceitarem nem a disciplina nem a rotina de uma aldeia, do contrário, aparecem enviando sugestões e planos para os holandeses vencerem os portugueses.

Por isso, a relação com os tapuias desenvolveu-se com o máximo de cautela possível, mantendo-os afastados das áreas habitadas a fim de evitar prejuízos, principalmente

65 SCHALKWIJK, Frans Leonard. Op. cit.

66 Ibidem. p. 466.

67 Ibidem. p. 469.

68 Ibidem. p. 470.

após o episódio de 1639, quando Nhanduí aproximou-se com 2 mil homens do povoado do Rio Grande e provocou grandes danos aos moradores⁶⁹.

Por outro lado, o procedimento para com os tupis se diferenciava por terem sido aldeados e submetidos ao governo do Conselho Supremo, e é devido à missionação calvinista e ao aproveitamento de seus serviços militares, que se deve a convivência mais estreita. Apesar do direito à liberdade dos brasileiros, reafirmado em mais de um regimento, Gonsalves de Mello menciona ter havido um momento no qual se permitiu a escravização dos índios inimigos dos aliados dos holandeses:

(...) Entretanto, no que concerne aos que estão em guerras no interior, entre brasileiros e tapuias, por uns ou por outros, tenham sido feito prisioneiros e oferecidos à venda aos nossos, ou ainda no caso de correrem perigo de serem sacrificados, é decisão nossa que esses tais sejam comprados pela Companhia pelo menor preço possível e que fiquem obrigados a trabalhar, para recuperar a liberdade, por sete anos, seja em serviços da Companhia ou alugados a terceiros, com a condição de, decorridos os ditos sete anos, serem libertados.⁷⁰

No entanto, a permissão foi logo revogada pelo Conselho dos XIX, que recomendou que os brasileiros deveriam ser considerados livres⁷¹. Contudo, Gonsalves de Mello aborda que alguns índios foram mantidos em um regime de quase escravidão pelos holandeses, o que significa que teriam sido explorados, maltratados e mal pagos, embora o próprio Nassau tenha se ocupado de reprimir os abusos aos indígenas⁷².

Assim, tendo em vista que tais brasileiros produziram efetivamente documentos em defesa dos holandeses, nos casos supracitados de Poti e de Paraopaba, pode-se considerar que a fidelidade dos potiguares do partido pró-holandês aos flamengos atesta mesmo a ocorrência de uma interação entre estes sujeitos históricos. A colaboração de tais índios parece ter sido fundamental para a resistência holandesa durante o período da insurreição pernambucana. Tal adesão desenvolveu-se tanto no terreno militar, quanto no político, como no religioso, de tal forma que os próprios cronistas da época registraram tal fato.

Do lado holandês, ninguém menos que Joannes de Laet, um dos diretores da WIC, testemunha os serviços brasileiros a WIC, como no episódio da acolhida, na qual travou-se os primeiros contatos entre os potiguares e os neerlandeses na baía da Traição: “Os Brasileiros que moravam nas terras adjacentes, vieram ter com os nossos, e lhes ofereceram seus serviços contra os Portugueses”⁷³.

Aos olhos do Frei Manoel Calado, que escreveu em 1648 pela perspectiva portuguesa: “os índios foram traidores, à lei de Deus e à Pátria amada”⁷⁴. Segundo o religioso, a colaboração destes índios protestantes os transformava em duplamente criminosos, pois

69 *Dag. Notule* de 26 de novembro de 1939. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit. p. 215.

70 *Gen. Missive* ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 24 de setembro de 1642. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit. p. 216-7.

71 Carta do Conselho dos XIX ao conde e Supremo Conselho, datada de 10 de outubro de 1642. Apud. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit. p. 217.

72 MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit. p. 217-8.

73 LAET, Joannes de. *História ou Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais...* Op. cit. p. 95-8.

74 CALADO, Manoel. *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade* (manuscrito de 1648). 5ª ed. 1ª v. Recife: CEPE, 2004, p. 230.

tanto configuravam-se como traidores, por serem inimigos do Estado Português; quanto em verdadeiros hereges, por serem contrários a Igreja Católica. De acordo com Francisca Viração, foi mesmo a religião protestante que selou a aliança entre os índios e os holandeses⁷⁵.

Se é certo considerar que a aliança com os brasileiros fez parte das estratégias militares holandesas de conquista do território, convém-se destacar a bilateralidade desta relação, isto é, a indubitável participação destes indígenas em tais uniões, avaliando sua colaboração ativa, sobretudo, na governabilidade holandesa. Assim, ao ponderar o grau de relação entre os potiguares e os holandeses, pode-se constatar, como o fez Meuwese⁷⁶, que tais índios foram inseridos nos espaços militar, político, social e religioso ocupados pelos holandeses no Brasil Colonial. Ademais, estes ameríndios interagiram em tais territórios, atuando e se relacionando com os holandeses.

No Brasil holandês, a WIC vinculou-se aos potiguares e aos tapuias como aliados militares. Segundo Meuwese, o programa holandês proveu a educação de brasileiros ativos com o objetivo de constituí-los como intérpretes⁷⁷, o que ocorreu com a partida de seis indígenas da Paraíba em 1625. Quando estes “potiguares diplomatas” retornaram, tornaram-se proeminentes mediadores entre os holandeses e os indígenas, como Pedro Poti e Antônio Paraopaba, que foram recompensados com prestígio material e posições políticas pelo governo holandês.

Contudo, deve-se enfatizar que Poti e Paraopaba nunca abandonaram suas identidades potiguares, utilizando, sempre que possível, suas influências entre as autoridades neerlandesas para conseguirem mais autonomia para sua nação. Deste modo, ambos intermediários acabaram desenvolvendo novas identidades, como explica o historiador:

“The two native mediators increasingly asserted identities as pan-Indian leaders who wanted to unite not only their own Potiguar kinsmen but also other ‘Brazilians’ into an alliance with the Dutch against the Portuguese. Poty and Paraopaba skillfully used their privileged position as influential leaders with direct access to WIC officials to obtain more political power than Tupi headmen.”⁷⁸

Por fim, observa-se a ocorrência de uma “etnificação”⁷⁹ do grupo brasileiro no contato com os holandeses, a partir do momento em que os colonizadores realizaram uma operação colonial de classificar os subordinados. Entretanto, mais do que instrumentos de dominação integrados às políticas coloniais de formação de alianças, a definição de grupos étnicos orientou a criação de uma nova identidade indígena, enquanto os próprios nativos fizeram uso deste etnônimo como forma de sobrevivência étnica do grupo.

De fato, a categoria “brasílico”, conhecida na Holanda após a publicação do panfleto de Paraopaba em 1657, surgiu como parte de uma etnogênese, a partir das relações estabelecidas entre os potiguares e os holandeses, desde o encontro de 1624 que levou seis índios a Amsterdã, originando uma divisão na nação e fazendo nascer um tipo novo de

75 VIRAÇÃO, Francisca Jaqueline de Souza. Op. cit. p. 19-20.

76 MEUWESE, Mark. Op. cit. p. 461-470.

77 Ibidem. p. 465.

78 Ibidem.

79 O exame da etnificação e da etnogênese para o caso dos brasileiros baseia-se nas definições de John Monteiro em sua tese. Ver: MONTEIRO, John. “Entre o Etnocídio e a Etnogênese. Identidades Indígenas Coloniais.” In: *Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Departamento de Antropologia. IFCH-UNICAMP, 2001, p. 53-78.

potiguar⁸⁰. De acordo com John Monteiro, o conceito de etnogênese segundo Jonathan Hill refere-se a uma origem histórica de um povo que se constituiu segundo estratégias culturais e políticas de seus atores nativos em conflitos internos e externos e se autodefine a partir de seu patrimônio sociocultural e linguístico⁸¹.

Desta maneira, percebe-se que a identidade étnica dos brasileiros foi forjada através da ação consciente e criativa dos nativos, que incorporaram elementos de outras etnias, reinventaram práticas e tecnologias dos europeus em interação com os holandeses, sobretudo em termos políticos e militares, e reorientaram suas próprias hierarquias sociais na consolidação de poder⁸², especialmente num mundo colonial, onde a aliança, a vassalagem e o privilégio foram considerados na projeção de lideranças indígenas.

A respeito do papel das lideranças indígenas⁸³, é nítido observar sua capacidade de esboçar respostas variadas ao mundo colonial, utilizando-se, se fosse preciso, de instrumentos introduzidos pelos colonizadores, como nos casos de Felipe Camarão, Pedro Poti e Antônio Paraopaba. Dentre os documentos produzidos por tais líderes, cabe destacar a colaboração de Poti e Paraopaba aos holandeses mediante a apropriação de símbolos e discursos europeus para buscar espaço próprio no Brasil Holandês.

Nestes termos, pode-se perceber a escolha dos aliados por partes destes brasileiros como parte de um projeto político de fortalecimento, de preservação de sua autonomia e de busca de maiores vantagens⁸⁴. Portanto, as alianças seladas entre os brasileiros e os holandeses, evidentemente desiguais, correspondiam a interesses de ambas as partes que negociavam segundo as perspectivas de futuro apreensíveis no momento histórico de convivência entre seus líderes e representantes.

De modo semelhante, a adesão ao calvinismo também representou uma escolha consciente por parte dos brasileiros, sobretudo através dos processos de apropriação e ressocialização desenvolvidos no interior das aldeias missionárias. Ao pensar na religião como elemento constitutivo e construtor do mundo colonial, conforme Maria Regina Celestino de Almeida⁸⁵, faz-se necessário ressaltar o papel dos predicantes reformados e das aldeias calvinistas, elaboradas aos moldes inacianos, que proporcionaram um relevante espaço para a reconfiguração da identidade étnica dos brasileiros.

Por isso, é preciso sublinhar a complexidade da identidade potiguar, os quais envolveram-se numa guerra luso-holandesa e colaboraram com os atores europeus negociando na tessitura de alianças numa estratégia para resguardar sua autonomia enquanto grupo étnico, no fenômeno descrito como "ethnic soldiering" por Monteiro, valendo-se do conceito de Neil Whitehead⁸⁶, emergindo os brasileiros como uma unidade sociopolítica distinta. Destarte,

80 HULSMAN, Lodewijk. HULSMAN, Lodewijk. Índios do Brasil na República dos Países Baixos: As representações de Antônio Paraopaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656. *Revista de História*, USP, n. 154, 1º - 2006, p. 37-69. p. 67.

81 MONTEIRO, John. Op. cit. p. 56.

82 HILL, Jonathan (org). *History, Power and Identity: Ethnogenesis in the Americas, 1492-1992*. Iowa City: University of Iowa Press, 1996. Apud. MONTEIRO, John. Op. cit. p. 57.

83 *Ibidem*. p. 75.

84 A respeito da escolha indígena dos seus aliados ver GARCIA, Elisa Frühauf. "Quando os índios escolhem os seus aliados: as relações de 'amizade' entre os minuanos e os lusitanos no sul da América portuguesa (c. 1750-1800)". *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 24, n° 40, jul-dez 2008, p. 613-632.

85 Noção de aldeamento como espaço possível de recriação de identidades indígenas conforme ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidades e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

86 De acordo com Neil Whitehead, "ethnic soldiering" refere-se a "especialização bélica de alguns grupos étnicos" mediante a "incorporação de determinadas etnias nas tropas coloniais". Cf. WHITEHEAD, Neil. *Carib Ethnic Soldiering in Venezuela, the Guianas, and the America, 1492-1820*, *Ethnohistory*, 1990, 37, n° 4, pp. 357-385.

a adesão a causa flamenga, bem como a interação com os mesmos, significaram a reinvenção da identidade étnica dos brasileiros ao demonstrarem-se súditos dos Estados Gerais e fiéis protestantes no interior do Brasil Holandês setecentista.

Recebido em 30 de abril de 2015, aprovado em 25 de julho de 2015.